

Os sete novos marajás cariocas

Conselheiros trabalharam sete meses e vão receber R\$ 11 mil mensais pelo resto da vida

Angelina Nunes e Nelito Fernandes

Uma decisão judicial criou uma nova modalidade de funcionário público no Rio: o marajá "imexível". Por trabalharem durante apenas sete meses no extinto Conselho de Contas dos Municípios (CCM), sete políticos nomeados conselheiros ganharam o direito de receber pelo resto da vida cerca de R\$ 11 mil mensais. Os primeiros salários foram depositados há duas semanas. O CCM foi criado para fiscalizar as contas dos municípios do interior, mas funcionou apenas de fevereiro de 1991 a agosto do mesmo ano, quando foi extinto porque tinha as mesmas atribuições que o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os conselheiros não podem ser remanejados e estão sem trabalhar. A sentença deixa claro que a função tem a garantia de "vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos". Os políticos ganharam então uma aposentadoria de fato, mas não de direito.

O estado, que foi condenado também a pagar os salários retidos e atrasados de março de 1991 até abril deste ano, não recorreu à última instância, segundo o advogado dos conselheiros, Wellington Moreira Pimentel. Num cálculo preliminar, sem incluir juros e correção monetária, cada um receberá R\$ 814 mil. Ou seja: os contribuintes vão desembolsar R\$ 5,6 milhões para pagar a conselheiros vitalícios de um órgão que não existe mais e que estão em disponibilidade. Todos já recebem pensões do serviço público. A decisão judicial não inclui os servidores do CCM, que eram cedidos por outros órgãos da administração estadual e voltaram para seus lugares de origem com o fim do conselho.

Governador e Alerj indicaram conselheiros

Mesmo perdendo em segunda instância, o estado poderia recorrer ao Superior Tribunal de Justiça, mas não fez isso. A administração estadual foi notificada pela Justiça no dia 9 de abril deste ano a fazer o pagamento. Segundo a subsecretária de despesa de pessoal, Terezinha Dantas, os conselheiros receberam há duas semanas a primeira parte, referente ao salário de abril e maio. Os outros 74 meses atrasados ainda não foram pagos: todos receberão precatórios e deverão pôr a mão nesta bolada em dois anos.

A fábula com final feliz para os marajás "imexíveis" começou a ser escrita em 1989, com a criação do CCM. Durante a Constituinte estadual, o relator, o ex-deputado Elmiro Coutinho (PMDB), acrescentou ao texto inicial a criação do órgão. Uma mensagem do então governador Moreira Franco indicou três nomes para o conselho: Heitor Furtado, Aloysio Teixeira e Carlos Alberto Pires e Albuquerque. Moreira é hoje relator da reforma administrativa no Congresso. Os deputados Gilberto Rodrigues, Claudio Moacyr, Mesquita Bráulio e Adhemar Alves foram indicados em votação secreta na Assembleia Legislativa do Rio. A verba destinada para o CCM foi astronômica: U\$ 75 milhões.

STF assegurou que cargos são vitalícios

O CCM acabou virando escândalo. Considerando-o um desperdício, já que o TCE faz o mesmo trabalho de fiscalizar os outros municípios, o deputado José Richard (na época no PL) apresentou uma emenda para extinguir o recém-criado órgão assim que os conselheiros tomaram posse, em fevereiro. Em março, o então governador Leonel Brizola (PDT) resolveu suspender o pagamento dos salários. Muitas discussões e brigas depois, os deputados votaram, em agosto de 1991, pelo fim do CCM. Mas o artigo 5º na emenda abriu uma brecha, ao anular todos os atos do CCM, incluindo a nomeação dos conselheiros.

O então presidente da Alerj, José Nader, entrou com um recurso no Supremo Tribunal Federal, que julgou o artigo inconstitucional: não era possível que a anulação fosse retroativa. Os conselheiros, como os desembargadores, têm assegurada a vitaliciedade assim que são nomeados.

Seis conselheiros (Claudio Moacyr morreu em 1993, mas a família também tem direitos) entraram na Justiça para conseguir o pagamento de seus salários. Em 29 de julho de 1994, o juiz Gilberto Campista Guarino, da 6ª Vara de Fazenda Pública, condenou o estado. Houve recurso em segunda instância. Mas, no dia 15 de agosto de 1995, a desembargadora Aurea Pimentel e o relator Salim Saker confirmaram a primeira sentença.

— Só aconteceu porque a lei é assim. Você pode até questionar se o sistema é adequado, mas é a lei e isso é outra questão — disse o advogado Wellington Moreira Pimentel.

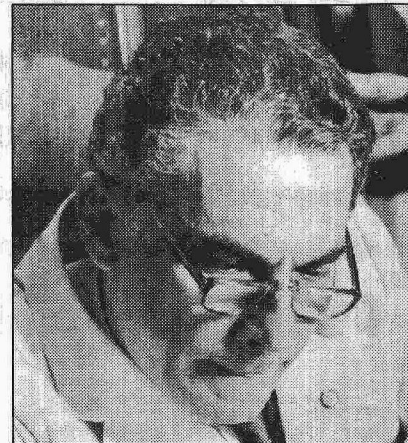
O PERFIL DOS CONSELHEIROS



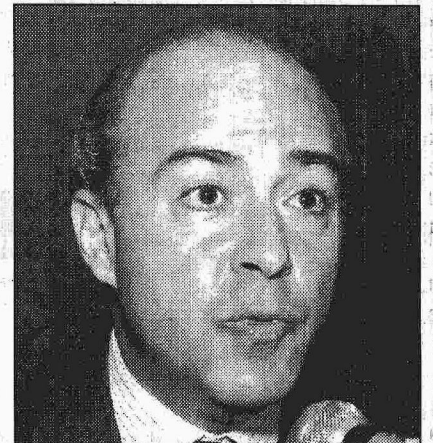
• **ALOYSIO TEIXEIRA:** Ligado ao chaguismo, começou a carreira como administrador regional de Copacabana, em 1971. Deputado estadual duas vezes, exerceu dois mandatos como deputado federal sempre pelo MDB/PMDB. Político tradicional da Zona Sul, é engenheiro e dono de um hotel em Copacabana. Indicado por Moreira Franco para um dos cargos do CCM.



• **GILBERTO GARCIA RODRIGUES:** Principal político do Governo Moreira Franco (PMDB), começou a carreira como vereador em 1963. Ex-presidente da Alerj, onde esteve por cinco mandatos consecutivos, desde 1971 até a criação do CCM. Por 12 anos recebeu aposentadoria como vice-prefeito de Nilópolis. Já tem uma aposentadoria como deputado estadual.



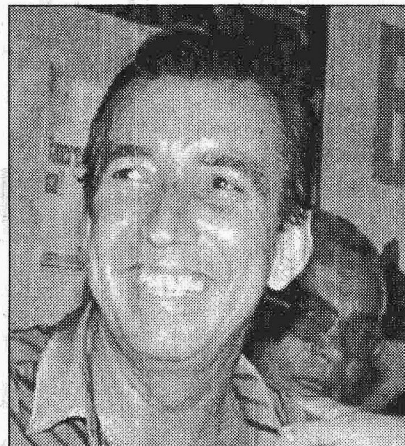
• **HEITOR FURTADO:** Médico aposentado, eleito deputado estadual em 66, no antigo estado da Guanabara. Aliado de Carlos Lacerda, foi eleito quatro vezes. Seu reduto é Jacarepaguá, onde é dono de escola e clínica. Candidato derrotado a prefeito pelo PDS, em 85. Criado o CCM, ele já estava no PMDB e foi indicado por Moreira Franco. Aposentado como deputado estadual.



• **CARLOS ALBERTO PIRES E ALBUQUERQUE:** Advogado e procurador de justiça aposentado, foi superintendente da CEF no Rio no Governo Sarney. Também foi diretor da Telerj e secretário de Planejamento do Governo Moreira. É dele a autorização de dotação orçamentária para o CCM — U\$ 75 milhões — poucos meses antes de ser indicado para o cargo de conselheiro.



• **ADHEMAR ALVES:** Dono de restaurante, 64 anos, eleito deputado estadual pelo PDT. Participou da Mesa Diretora da Alerj. Foi da Diretoria do Detran, antes de entrar para Alerj. Ligado a Moreira Franco, promoveu a ida de banqueiros de bicho ao palácio na comemoração dos 100 anos do jogo, no fim do Governo Moreira Franco. Aposentado como fiscal de renda.

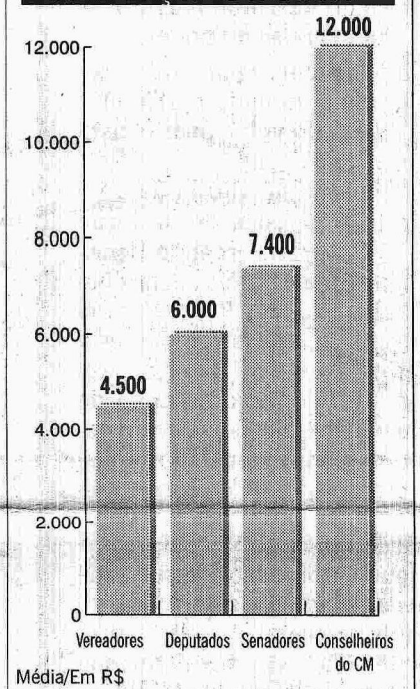


• **CLÁUDIO MOACYR:** Já falecido. Foi deputado cinco vezes pelo MDB/PMDB e PDT. Começou como prefeito de Macaé, em 66. Chaguista, esqueceu as raízes e filiou-se ao PDT em 86. Mesmo assim, se aliou a Moreira Franco. Ex-presidente do CCM, morreu em 93, aos 52 anos. Recebia duas aposentadorias: como deputado estadual e como procurador de justiça.



• **MESQUITA BRÁULIO:** Mineiro de Três Pontas, formado em Pedagogia, fez carreira política nos braços do chaguismo. Teve como reduto Jacarepaguá, o que lhe valeu mandato de vereador em 1977 e de deputado estadual dois anos depois. Foi líder da bancada do PFL. Diretor de um colégio. Indicado para o CCM por votação na Alerj no fim do segundo mandato.

COMPARAÇÃO DE SALÁRIOS*



CONSELHO CHEGOU A SER EXTINTO NA ALERJ EM 1991

• **SETEMBRO DE 1989:** Criação do CCM por iniciativa do deputado Elmiro Coutinho (PMDB), durante a Constituinte.

• **JUNHO DE 1990:** O CCM ganha orçamento e uma sede. O governador Moreira Franco indica três conselheiros. A Alerj aprova mais quatro. O CCM é instalado em dezembro.

• **FEVEREIRO DE 1991:** O deputado José Richard (PL) apresenta emenda para extinção do órgão. Em março, o governador Leonel Brizola, recém-empossado, nega-se a pagar os salários.

• **AGOSTO DE 1991:** Em votação tumultuada, a emenda é aprovada. O CCM é extinto. Mas em outubro, José Nader, presidente da Alerj, entra com recurso.

• **MAIO DE 1993:** O STF julga inconstitucional o artigo quinto da emenda. Começa a batalha jurídica.

• **JULHO DE 1994:** Na Vara de Fazenda Pública, o estado é condenado. Em agosto de 1995, os desembargadores da 7ª Câmara Cível confirmam a sentença. O acórdão é publicado em outubro. Começa a contar o prazo de recurso.

• **ABRIL DE 1997:** O prazo termina, e o estado inicia o pagamento.